

E. HORNING, *Echnaton*. Die Religion des Lichtes, Artemis, Zürich 1995, ISBN 3-7608-1111-6

O catedrático recentemente jubilado de Basileia já se tinha credenciado no mundo da Egiptologia sobre temática tão diversa como a cronologia do Império Novo, os escritos sobre o Além e a religião do antigo Egipto (o estudo sobre *O uno e os múltiplos*, traduzido em várias línguas, do espanhol ao árabe, já foi considerado «epocal»). Agora debruça-se sobre um dos períodos mais dramáticos da história egípcia numa Obra ao mesmo tempo profunda e acessível ao público não especializado. E não é fácil escrever sobre o reformador de Amarna, fanático e visionário para uns, grande personalidade para outros. O busto elegante de Nefertiti, a novidade de uma arte «expressionista», a elevação da língua falada a veículo de literatura dão, por um lado, a dimensão da reforma, que não se ficou pelo religioso; por outro, podem tirar ao crítico a serenidade do juízo. Isto é o que menos falta a um egiptólogo tão experimentado como o Autor, que concentra o estudo na inovação religiosa, o aspecto mais arrojado e mais controverso, então e ainda hoje.

Votado ao ostracismo pelas gerações seguintes, Amenófis IV/ Akhenaton, desapareceu da memória colectiva de tal modo que nem Máneton, nem Heródoto dele fazem qualquer menção. Foi preciso Lepsius redescobri-lo em 1843, como se lê no primeiro capítulo (pp. 9-27, sobre Lepsius pp. 10-12) dedicado precisamente à «Redescoberta de um fundador de religião». O reformador bem o merecia, pois «não pode hoje faltar em nenhuma história cultural da humanidade, qualquer que seja o juízo que se faça sobre ele e sobre a sua obra» (p. 14). Descreve-se o entusiasmo pela novidade da religião recém-descoberta, comparada sucessivamente ao monoteísmo de Moisés, ao Cristianismo, à elevação do evangelho de S. João. Até que (depois da Segunda Guerra Mundial) os fulgores cederam a uma visão mais objectiva.

Podem-se agora seguir «Os antecedentes (Hintergrund) religiosos» (c. 2: pp. 29-39) – a «nova teologia solar» de algum modo pre-

paratória e a política do antecessor no trono, Amenófis III, que parece querer travá-la. O c. 3 (pp. 41-57: «Os primeiros passos») mostra bem que o reformador era tudo menos um lunático. Sabia bem o que queria e pôs em marcha uma autêntica «perestroika» (pp. 54-57). Caracterizada a «Nova Religião» (cap. 4, pp. 59-57), fundada, mas não revelada, «Uma cidade para um deus» (pp. 59-79), construída em solo religiosamente virgem e baptizada Akhet Aton, «Horizonte/Luz de Aton» (Tell el-Amarna), apresenta-se a «Doutrina pura» (pp. 81-96) com destaque para o belo *Hino ao Sol* em tradução própria.

Estamos preparados para atacar o cap. 8, o ponto crucial depois do triunfo histórico do monoteísmo bíblico: «A questão do monoteísmo» (pp. 97-104). Podemos e devemos entender bem o monoteísmo de Amarna, onde até o termo e o conceito são questionáveis (seria preferível falar de «pensamento do uno», com J. Assmann e outros, p. 99). «Como muitos outros conceitos, também o de monoteísmo não é de precisar com rigor final ou de concretizar na realidade» (p. 104). Mas quando se afirma a existência de um só deus perseguindo brutalmente os outros não há dúvida de que estamos perante um «monoteísmo». Certamente seria de precisar esse monoteísmo, que nada tem a ver com o bíblico. Além de ser uma teologia transformada em religião, a unicidade da luz como princípio universal tem mais a ver com filosofia natural do que com religião. Se a reforma tivesse tido êxito, Akhenaton seria precursor de Tales de Mileto, não de Moisés (Assmann). Como religião, o «monoteísmo» seria de facto «cosmoteísmo». Sem recorrer a formulações alheias, o A. diz implicitamente o mesmo. Põe a questão: será então o Egipto o berço do monoteísmo (pp. 98-102)? A resposta passa completamente ao lado de Amarna (a que seguiu radical supressão e *damnatio memoriae*) e fica-se pelas teses do monoteísmo (entendido à bíblica ou à moderna) dos egiptólogos do século XIX, do monoteísmo primitivo geral (W. Schmidt), do monoteísmo deus supremo, anónimo, do Império Antigo (H. Junker), do «monoteísmo dos sábios» contraposto ao politeísmo da plebe e gente comum (E. Drioton, F. Daumas), rejeitados em bloco. Aflora tratamentos mais objectivos, entre os quais o seu (*Der eine und die Vielen*), salientando os paradoxos das formulações egípcias sobre um deus relacionado com os deuses. Tenho dúvidas se a confissão monoteísta de Akhenaton foi «muito mais radical do que o Dêutero-Isaías (Is 44,6: 'fora de mim não há deus')» (p. 104). Na maneira de agir o reformador de Amarna suplantou o profeta hebreu do exílio. No «pensar» é que está a interrogação.

«Crença no Além sem Além» (cap. 8, pp. 105-114), «Anos escuros» (c. 9, pp. 115-123), «Os sucessores» (cp. 10, pp. 125-131) terminam agradavelmente com o «Epílogo» (11, pp. 133-138).

Uma recheada bibliografia, geral e para cada capítulo (pp. 139-151), e um índice analítico (pp. 155-159) prestam um bom serviço ao leitor que não se contentar com satisfazer a curiosidade e pretender estudar um dos capítulos mais intrigantes da história da religião do antigo Egito. Gravuras, fotografias e um mapa da cidade de Akhet Aton (Tell el-Amarna) ilustram a leitura já de si agradável. Oxalá os leitores lusófonos disponham brevemente de uma versão para língua de uso mais comum.

José Nunes Carreira

N. SHUPAK, *Where can Wisdom be found? The Sage's Language in the Bible and in the Ancient Egyptian Literature* (OBO 130), University Press Fribourg Switzerland/Vandenhoeck & Ruprecht Göttingen, 1993. ISBN 3-7278-0899-3 (University Press Fribourg Switzerland) ISBN 3-525-53765-4 (Vandenhoeck & Ruprecht)

Neste volumoso tomo (XXXI+508 pp.), a Autora «aplica convincentemente» o «novo método que desenvolveu», ou seja: «Reúne em ambos os lados, Egito e Israel, os termos técnicos especificamente sapienciais, depois de delimitar os textos apropriados contra a restante literatura. Ambos os léxicos são então conscientemente comparados e fica claro que grande parte dos termos técnicos hebraicos que ocorrem exclusivamente ou prevalentemente só nos livros sapienciais têm correspondentes precisos nas Instruções egípcias, muito mais antigas» (palavras do malogrado Hellmut Brunner na «Apresentação/Geleitwort», p. XXIX).

A própria Autora se explica na «Introdução» (pp. 1-30). A publicação da Instrução de Amenemope (Londres 1923) criou as condições da investigação comparativa, iniciada no ano seguinte pelo «estudo pioneiro» do egiptólogo A. Erman, que falou da obra egípcia como fonte de Prov 22,17-23,11 – *Eine ägyptische Quelle der Sprüche Salomos*. E logo no mesmo ano e do lado dos estudos bíblicos (H. Gressmann) se fizeram outras aproximações – Amenemope tinha correspondências com Jer 17,5-8 e Sl 1. Em 1929 foi a vez de outro biblista (P. Humbert) ampliar os horizontes com *Recherches sur les sources égyptiennes de la littérature sapientiale d'Israël*. Até aos estudos mais recentes de M. Görg (1975), J. Zandee (1979), Kaligula (1980) e H. Brunner (1984).

Posto o fundo, a A. investe numa «área de investigação comparativa de escritos bíblicos e egípcios que até agora recebeu escassa